



Revista Conexão UEPG
ISSN: 1808-6578
ISSN: 2238-7315
revistaconexao@uepg.br
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Brasil

MAPEAMENTO DE EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO POPULAR NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: UM ESTUDO DESCRITIVO EM ESCALA NACIONAL

Cruz, Pedro José Santos Carneiro; Prado, Ernande Valentin do; Sarmiento, Darlle Soares; Carneiro, Daniela Gomes de Brito; Costa, Luana Jesus de Almeida da; Vasconcelos, Eymard Mourão; Araújo, Renan Soares; Alencar, Islany Costa; Almeida, Adriana Maria Macedo de; Sousa, Luciana Maria Pereira; Botelho, Bruno Oliveira; Falcão, Emannuel Fernandes

MAPEAMENTO DE EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO POPULAR NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS
BRASILEIRAS: UM ESTUDO DESCRITIVO EM ESCALA NACIONAL

Revista Conexão UEPG, vol. 15, núm. 1, 2019

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514161705001>

DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.15.i1.0001>



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

MAPEAMENTO DE EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO POPULAR NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS: UM ESTUDO DESCRITIVO EM ESCALA NACIONAL

Pedro José Santos Carneiro Cruz
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil
pjcruzpb@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.15.i1.0001>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514161705001>

Ernande Valentin do Prado
Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba (SES), Brasil
longedemaisdomar@gmail.com

Darlle Soares Sarmento
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil
darlle.sarmiento@gmail.com

Daniela Gomes de Brito Carneiro
Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba (SES), Brasil
danitagbc@gmail.com

Luana Jesus de Almeida da Costa
Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), Brasil
luanacosta.ft@gmail.com

Eymard Mourão Vasconcelos
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil
eynard.vasconcelos@gmail.com

Renan Soares Araújo
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil
rsdahe@hotmail.com

Islany Costa Alencar
Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba (SES), Brasil
lany_alencar@hotmail.com

Adriana Maria Macedo de Almeida
Secretaria de Estado da Saúde da Paraíba (SES), Brasil
dricamacedotofoli@gmail.com

Luciana Maria Pereira Sousa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil
lucianamaria_nutricao@hotmail.com

Bruno Oliveira Botelho
Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil
brunoobotelho@gmail.com

Emannuel Fernandes Falcão

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

emmanuel_falcao@yahoo.com.br

Recepção: 28 Agosto 2018

Aprovação: 31 Outubro 2018

RESUMO:

Este artigo apresenta o resultado do mapeamento das experiências brasileiras de Extensão Popular, desenvolvido no contexto do Projeto Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no Sistema Único de Saúde (VEPOP-SUS), o qual constitui ação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEPS-SUS). O estudo possui natureza qualitativa e caráter descritivo. Aplicou-se um questionário eletrônico semiestruturado com 16 questões. Como resultado, obtiveram-se 117 experiências e a organização dos dados contemplou as seguintes dimensões: distribuição regional das experiências (por estado da federação); tempo de existência; instituições a que estão vinculadas; entidades sociais que participam; e caracterização da produção acadêmica. Foi possível identificar a existência de experiências em todas as regiões do Brasil. Evidenciaram-se a amplitude nacional, a difusão regional e a diversidade temática da Educação Popular como referencial de ações extensionistas em distintas universidades do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Popular, Extensão Universitária, Extensão Popular, Projetos, Ensino Superior, Popular Education, University Extension, Popular Extension, Projects, Higher Education.

ABSTRACT:

This article presents the results of the mapping of Popular Extension Brazilian experiences, which was developed in the context of the Project Extension Experiences in Popular Education and Health in the Unified Health System. The study has a qualitative and descriptive nature. A semi-structured electronic questionnaire containing 16 questions was applied. As a result, 117 experiments were obtained and the organization of the data included the following dimensions: regional distribution of experiences (by state of the federation); time of existence; institutions to which they are linked; participating social entities; and characterization of academic production. The existence of experiences in all regions of Brazil was identified. The Popular Education national amplitude, regional diffusion and thematic diversity were evidenced as reference of extensionist actions in different universities.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a Extensão Universitária configura espaço privilegiado para ações, relações e interações entre protagonistas do campo universitário e do campo social (e seus diversos setores), configurando-se por meio de trabalhos sociais com atividades de várias formas, propostas e objetivos.

Conforme pode ser observado nas diversas leituras acerca do tema (GURGEL, 1986; JEZINE, 2006; MELO NETO, 2004; MELO NETO, 2014; CRUZ, VASCONCELOS, 2017), a Extensão tem papel relevante nas mais diversas situações sociais, com diferentes intencionalidades políticas e metodologias em distintos tempos históricos. Hoje, é um dos pilares centrais da organização universitária.

Constitui um elo entre a sociedade e a universidade, tendo o ensino e a pesquisa como componentes inerentes ao processo de mudança social e de difusão cultural, buscando o equilíbrio entre os conhecimentos populares e os conhecimentos científicos numa perspectiva dialógica (SANTOS JUNIOR, 2013).

O fortalecimento da Extensão como atividade importante na dinâmica das universidades públicas brasileiras deriva da instituição de um conceito orientador, o qual foi construído na década de 1980 (com o fim da Ditadura Militar e o processo de democratização), pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). Criado em 1987, o FORPROEX passou a enfatizar a dimensão da Extensão na discussão em torno da relação entre a universidade e a sociedade, destacando elementos relativos ao compromisso social da instituição universitária e a necessidade de uma articulação indissociável entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão (SANTOS; DEUS, 2014). O FORPROEX construiu como concepção de Extensão essa definição:

[...] um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. [...] Seu escopo é o de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico

e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage (FORPROEX, 2012, p. 15-16).

Com tal referencial, especialmente a partir dos anos 1990, a Extensão Universitária passa a avançar paulatinamente no sentido de ser reconhecida, respeitada e valorizada tanto como ação acadêmica produtora de conhecimentos como enquanto política pública.

Contudo, em que pesem os avanços trazidos pelo estabelecimento de um conceito orientador institucional, a prática da Extensão revela, em seu cotidiano, a existência de diversas outras concepções e perspectivas extensionistas nas universidades brasileiras (MONFREDINI, 2014). As práticas extensionistas são diversas e condicionadas às particularidades institucionais, aos diferentes significados para a universidade e, em consequência, para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, que se refletem na sua gestão e na distribuição dos recursos, tempos e espaços acadêmicos para essas atividades (SANTOS; DEUS, 2014).

Jezine (2006) aponta a existência de três modelos: o assistencialista, que advém das práticas de assessorias, cuja instrumentalização técnica centra-se nas áreas de educação, agricultura e saúde, em que a universidade deveria levar seus conhecimentos às comunidades desprovidas de saberes e oferecer serviços que contribuam para o desenvolvimento social do país; o mercantilista, que se formou ao longo das mudanças ocorridas na estrutura econômica e política do Estado e da sociedade, sob a perspectiva de "venda de serviços", representando as iniciativas de privatização; e o modelo acadêmico, que resulta da organização e luta pelo reconhecimento da dimensão filosófico-científica da Extensão, nos moldes estabelecidos pelo FORPROEX.

Desde a década de 2000, desvelou-se também, como possibilidade no campo da Extensão Universitária, a perspectiva da Extensão orientada pela concepção pedagógica da Educação Popular, a qual vem sendo denominada de Extensão Popular (MELO NETO, 2014). A Educação Popular vem se consolidando no ambiente universitário com base nos diversos esforços de intelectuais, estudantes e técnicos junto com as classes populares, que vêm trabalhando na construção de ações não para essas, mas com elas (CRUZ, 2011). Como delineado por Vasconcelos (2011), a Educação Popular:

[...] busca trabalhar, pedagogicamente, o homem e os grupos envolvidos no processo de participação popular, para fomentar formas coletivas de aprendizado e investigação de modo a promover o crescimento da capacidade de análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento das estratégias de luta e de enfrentamento. [...] enfatiza não o processo de transmissão de conhecimento, mas a ampliação dos espaços de interação cultural e negociação entre os diversos atores envolvidos em determinado problema social para a construção compartilhada do conhecimento e da organização política necessária à sua superação (VASCONCELOS, 2011, p. 29).

Assim, a Extensão Popular coloca-se conceitualmente distanciada de vertentes extensionistas na ótica mercantilista, assistencialista ou mesmo tecnicista, adotando como linha conceitual, conforme fundamentado por Melo Neto (2014), a de um trabalho que seja social e útil, com a intencionalidade de mobilizar a articulação dialógica e propositiva entre o ensino e a pesquisa na direção da constituição de processos de mudanças para a justiça social (CRUZ, 2011).

Apesar de a Educação Popular constituir uma perspectiva presente há algumas décadas no fazer extensionista de muitas ações, a denominação Extensão Popular somente veio a ser consolidada há poucos anos. Ao contrário do que pode parecer, não implica apenas uma nova qualificação para as ações de Extensão, mas incorpora um "jeito de fazer" Extensão Universitária alinhado com a abordagem pedagógica freireana, com uma perspectiva teórica e um recorte epistemológico pautados por dimensões como o diálogo, a participação, o protagonismo dos atores populares e dos saberes locais, a construção compartilhada do conhecimento e uma postura política crítica (CRUZ, 2010; CRUZ, 2011).

Segundo Melo Neto (2014), as práticas de Extensão Popular têm como seu objetivo a construção de ações geradoras de autonomia, especialmente nos setores mais desfavorecidos da sociedade, de modo que essas transponham os muros da universidade, abrangendo iniciativas educativas em movimentos sociais, assim como em outros espaços organizados da sociedade civil. E, assim, propondo mudanças, também, no âmbito

da própria instituição universitária, com a defesa da necessidade de construir uma perspectiva educativa que seja democrática, libertadora e, por conseguinte, humanizadora (MELO NETO, 2014).

A Extensão Popular tem ganhado bastante espaço tanto no ensino superior, com 'recentemente, em outros cenários, como no Sistema único de Saúde (SUS) (VASCONCELOS, FROTA, SIMON, 2015; PRADO et al., 2017), em que entre uma de suas mais recentes conquistas, pode ser destacada a construção da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEPS-SUS) (BRASIL, 2012a).

A PNEPS-SUS foi aprovada no Conselho Nacional de Saúde, em 2012, pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) do Ministério da Saúde, reconhecendo o processo histórico da Educação Popular como elemento inspirador para a consolidação de experiências e práticas de saúde potencializadoras da defesa, do aprimoramento e da consolidação do SUS. Essa política apresenta objetivos, pressupostos teórico-metodológicos e eixos estratégicos, estabelecendo responsabilidades e atribuições nas quais a Educação Popular em Saúde é apresentada como referência prática e estratégia política e metodológica para a orientação das ações e serviços de saúde (BRASIL, 2012a).

Em meio a esse cenário, tomou-se propício o estabelecimento de uma política do Ministério da Saúde voltada ao apoio às experiências de Extensão Popular, o que ocorreu com o projeto Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS (VEPOP-SUS), o qual passou a configurar, desde 2013, como uma das estratégias de ação da PNEPSUS, especificamente em seu eixo de formação. Originalmente, o VEPOP-SUS foi criado no contexto do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2005, como estratégia de valorização das vivências de extensão em comunidades e práticas populares com metodologia em Educação Popular na formação estudantil em saúde. Foi desativado no ano de 2007, após uma série de reformas ministeriais durante o segundo mandato do Presidente Lula.

Por ocasião da PNEPS-SUS, o VEPOP-SUS é rearticulado e conta, para sua operacionalização, com a colaboração da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP) e com apoio técnico do Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (PIAC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tendo em vista o histórico da UFPB em ações com esse eixo teórico-metodológico.

O VEPOP-SUS foi, então, estabelecido por meio de uma equipe executiva formada por pesquisadores e professores da UFPB, sendo acompanhada por membros do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde (CNEPS) do Ministério da Saúde e da ANEPOP. Desde 2013, o Projeto tem desenvolvido iniciativas de comunicação, de formação, de produção editorial e de articulação social, com o objetivo de fortalecer o processo de ampliação das experiências de Extensão Popular no país, qualificando iniciativas nessa linha que estejam no SUS e nos movimentos e práticas sociais populares. Espera-se fortalecer a Extensão Popular como espaço para a formação de trabalhadores de saúde com postura ética, política, crítica, humanística, interdisciplinar e participativa.

Dentre as frentes de ação do VEPOP-SUS, destaca-se o mapeamento nacional de experiências de Extensão Popular em todas as regiões do país, o qual tem como objetivo identificar as diferentes experiências de Extensão orientadas pela Educação Popular no âmbito nacional, como forma de: dar visibilidade aos esforços extensionistas orientados pela Educação Popular nas universidades brasileiras; viabilizar a articulação e comunicação entre as experiências; disponibilizar, aos protagonistas dessas práticas, materiais didáticos e científicos para estudo, aprofundamento e aprimoramento. Em virtude do exposto, o presente artigo objetiva apresentar os resultados dessa pesquisa, com o mapeamento das experiências em Extensão Popular no Brasil.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo possui natureza qualitativa e caráter descritivo. Na acepção de Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Para Selltiz, Wrightsman e Cook (1965), a pesquisa de cunho descritivo busca delinear um fenômeno ou situação em detalhe, especialmente o que

está ocorrendo, permitindo abranger, com exatidão, as características de um indivíduo, uma situação ou um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos (OLIVEIRA, 2011).

Para o levantamento das experiências, aplicou-se um questionário eletrônico¹ contendo 16 questões, tanto abertas e fechadas, contemplando as seguintes questões: nome da pessoa que preencheu o formulário; função no projeto; endereço de e-mail; cidade e unidade federativa onde se localiza a experiência; telefone para contato; nome do projeto; resumo da experiência; produção acadêmica; produções realizadas; duração da experiência; entidade popular participante; entidades participantes; coordenação do projeto; equipe participante.

O questionário apresentou, inicialmente, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual situa a pessoa entrevistada o contexto e os objetivos do estudo, bem como solicita sua concordância e participação. A pesquisa decorreu com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFPB, conforme registro no CAAE de nº 58586116.1.0000.5188. Esta pesquisa encontra-se em consonância com os preceitos que regem a Portaria n. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, a qual dispõe sobre os cuidados éticos em pesquisa (BRASIL, 2012b). Somente foram aceitos questionários on-line cujas respostas encontravam-se anuência e concordância com o TCLE.

Para o universo do público participante, definiram-se como participantes da pesquisa os protagonistas de experiências de Extensão Popular, fossem eles estudantes, técnicos, docentes ou mesmo membros de instituições, comunidades, movimentos, grupos, coletivos e práticas sociais populares. Para composição da amostra, optou-se intencionalmente pela mobilização de participantes para a pesquisa por meio da divulgação ampliada do mapeamento em nível nacional, com base nas seguintes estratégias: Indicações de lideranças dos coletivos nacionais de Educação Popular em Saúde; experiências participantes da ANEPOP; divulgação em redes sociais virtuais vinculadas à temática de pesquisa, incluindo grupos do Facebook voltados a temática da Educação Popular, da Extensão Universitária e da Extensão Popular, bem como grupos com membros de universidades públicas brasileiras; realização de reuniões para mobilização de participantes de pesquisa em eventos como o 6º e o 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU) (respectivamente, em 2014 e em 2016).

Além dessas estratégias, também se procedeu com as seguintes iniciativas: o envio de mensagem eletrônica a autores de trabalhos apresentados nos referidos CBEU e temática Extensão Popular; envio de mensagens eletrônicas para a lista de contatos do FORPROEX; envio de mensagens eletrônicas para a lista de projetos vinculados ao Programa de Extensão Universitária (ProExt) do Ministério da Educação, no ano de 2015 e nas linhas de Educação Popular e de Saúde; envio de mensagens eletrônicas nas listas de discussão virtuais dos coletivos: Rede de Educação Popular em Saúde (RE EPOP), Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) ANEPOP; envio de mensagem eletrônica a lista de contatos de participantes do III Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular (SENAPOP) (promovido em João Pessoa em 2016) e do I Seminário Nacional de Educação Popular na Formação em Saúde (promovido em João Pessoa em 2014); envio de mensagem eletrônica para a lista de e-mails dos membros do CNEPS; envio de mensagem eletrônica para participantes do Estágio Nacional de Extensão em Comunidades (ENEC)².

Juntamente com essas estratégias de mobilização de participantes, encorajou-se que tais pessoas indicassem potenciais respondentes e outras experiências que avaliassem poder participar do estudo. Diante do exposto, foi utilizada também a técnica denominada snowball ou snowball sampling (BIERNACKI; WALDORF, 1981), conhecida no Brasil como "amostragem em Bola de Neve" "Bola de Neve" ou "cadeia de informantes". Por meio dessa técnica, um indivíduo pesquisado sugere um novo sujeito para participar da pesquisa, o qual é considerado verdadeiro ator social reconhecidos por seus pares em decorrência de seu papel de lideranças nas experiências vivenciadas. Assim, o recrutamento dos participantes da pesquisa acontece conforme a amostragem por cadeias de referência (PENROD et al., 2003; ALBUQUERQUE, 2009).

No decurso da pesquisa, o conjunto das estratégias acima citadas era continuamente desenvolvido a partir de uma nova rodada de envio de mensagens eletrônicas e nas redes sociais a cada três meses, especialmente

com ênfase no reenvio do formulário para listas de contatos eletrônicos daquelas unidades federativas que permaneciam sem respostas significativas. Nesse sentido, outra ação realizada foi o contato, por meio de ligações telefônicas, para as PróReitorias e/ou Coordenações de Extensão de algumas universidades. Nessas ligações, divulgava-se a pesquisa, e, quando possível, obtinham-se contatos de coordenadores de projetos de Extensão para divulgação.

O formulário eletrônico ficou disponível no período do mês de agosto de 2014 a agosto de 2015. No intervalo de setembro de 2015 a agosto de 2016 houve uma análise preliminar das experiências até então mapeadas. Em decorrência do 7º CBEU foram articulados novos contatos e empreendida nova rodada de divulgação, o que motivou a reabertura do formulário eletrônico. Hoje, o formulário permanece disponível no intuito de captar mais experiências para alimentar a rede de comunicações do VEPOP-SUS. No entanto, para efeito do presente artigo, foram considerados os resultados obtidos até a 30 de dezembro de 2016.

A partir do mês de janeiro de 2017, iniciou-se o período final de análise dos resultados obtidos. Dentre os critérios usados para a organização e a análise dos resultados, cumpre destacar, inicialmente, que se categorizou os projetos mapeados como: 1) Experiências de Extensão Popular; 2) Experiências que não são claramente orientadas pela Educação Popular e; 3) Experiências que não podem ser consideradas Extensão Universitária, por não apresentarem vínculo formal com uma instituição de ensino.

Para classificar as experiências de Extensão Popular, adotou-se como critério a coerência que o resumo descritivo de suas ações apresentava como princípios teóricos e com procedimentos metodológicos caros à perspectiva freireana, conforme delineados em marcos conceituais de políticas públicas da área, como o Marco de Referência de Educação Popular para as Políticas Públicas (BRASIL, 2014) e a PNEPSSUS (BRASIL, 2012a), dentre eles: diálogo; amorosidade; problematização; participação popular; construção compartilhada do conhecimento; emancipação; compromisso com a construção do projeto democrático e popular; conscientização; transformação da realidade e do mundo; partir da realidade concreta; construção do conhecimento e pesquisa participante; sistematização de experiências e do conhecimento.

Em caso de dúvidas devido à insuficiência de respostas das questões preenchidas no formulário ou mesmo por decorrência da pouca clareza na explicação dos resumos descritivos dos projetos, realizou-se contato por meio eletrônico e de ligações telefônicas solicitando informações que pudessem contribuir com o entendimento e devida classificação da experiência conforme os critérios estabelecidos.

A organização dos dados coletados ocorreu por meio das seguintes dimensões: distribuição regional das experiências mapeadas (por estado da federação); tempo de existência; instituições à que estão vinculadas as experiências; entidades sociais que participam; e caracterização da produção acadêmica das experiências. Para efeito de análise foram excluídas da organização dos dados nessas dimensões aquelas experiências que não podem ser consideradas Extensão Universitária, por não apresentarem vínculo formal com uma instituição de ensino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado do mapeamento, obtiveram-se 119 respostas, sendo que 117 (98,31%) aceitaram participar da pesquisa após responder ao TCLE e 2 (1,69%) não aceitaram participar da pesquisa após ler o TCLE. Sendo assim, a amostra total consistiu em 117 experiências. Com relação à distribuição das experiências mapeadas por unidade federativa, pode-se observar o número total e a proporção de todas as experiências mapeadas por meio da Tabela 1.

ESTADO	NÚMERO	PERCENTUAL
Alagoas	1	1%
Bahia	4	3%
Ceará	1	1%
Distrito Federal	1	1%
Espírito Santo	1	1%
Goiás	1	1%
Mato Grosso	4	3%
Mato Grosso do Sul	1	1%
Minas Gerais	13	11%
Pará	7	6%
Paraíba	24	21%
Paraná	9	8%
Pernambuco	3	3%
Piauí	5	4%
Rio de Janeiro	10	9%
Rio Grande do Sul	13	11%
Roraima	4	3%
Santa Catarina	5	4%
São Paulo	7	6%
Sergipe	3	3%
TOTAL	117	100,00%

Tabela 1 - Classificação experiências mapeadas de acordo com sua relação com a Educação Popular e com a Extensão.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Observa-se que as experiências mapeadas se encontram distribuídas em todo o território brasileiro, com maior concentração nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, tendo uma representatividade de todo território nacional.

Nota-se que, no estado da Paraíba, há uma discrepância em relação à quantidade de experiências de Extensão Popular em relação aos outros estados, representando 21% das respostas de todo Brasil. Isso não ocorre apenas devido ao fato de a comissão executiva do VEPOP-SUS se encontrar fisicamente no estado da Paraíba - o que, certamente, exerce certa influência na captação de experiências, mas pelo fato da Extensão Universitária em interface com a Educação Popular ter uma relevante força em sua cultura acadêmica e na construção histórica da UFPB. Esse é um aspecto observado tanto na graduação, com experiências que são consideradas referências nacionais da Extensão Popular, quanto na pós graduação, inclusive pela existência de uma linha de Educação Popular no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Educação da UFPB.

Após a análise dos projetos, com base nos critérios descritos e adotados na presente pesquisa, chegou-se à seguinte classificação, que se encontra exposta na Figura 1.

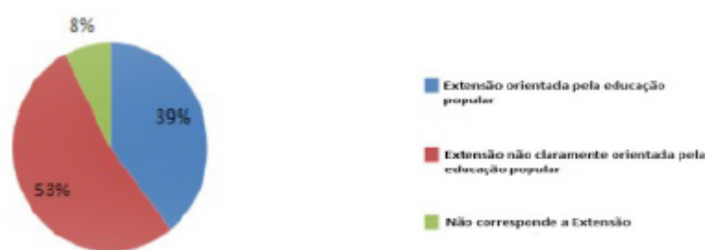


Figura 1- Classificação das experiências mapeadas de acordo com sua relação com a Educação Popular e com a Extensão.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

Diante disso, percebe-se que a maioria das experiências, nesse caso, 62 (53%), foi classificada como Extensão Universitária não claramente orientada pela Educação Popular, uma vez que não apresentava explicitado nos dados analisados nenhum indicio de alinhamento com os princípios teórico-metodológicos da Educação Popular. Em outro espectro, 46 (39%) ficaram dentro da classificação de experiências de Extensão orientadas pela Educação Popular.

Observa-se que há um número de 9 (8%), das 117 experiências mapeadas, que não foram classificadas como práticas de Extensão, uma vez que não apresentavam vínculo formal com Instituições de Ensino Superior. Contudo, essas se enquadravam na descrição de movimentos de trabalhos sociais e de práticas voluntárias, sendo iniciativas preponderantemente estudantis, sem apresentar apoio institucional formalizado. Em virtude disso, essas experiências foram apoiadas em outras ações do projeto VEPOP-SUS, como, por exemplo, com recebimento de materiais didáticos, participação em eventos e articulação de parcerias, de modo que essas fossem reconhecidas e valorizadas enquanto movimentos de aproximação entre entes da universidade e setores sociais, mesmo que não formalmente cadastrados como atividades de extensão.

Ao analisar o dado distribuído pelos estados brasileiros de forma comparativa entre as Experiências de Extensão orientadas pela Educação Popular e as Experiências de Extensão não claramente orientadas pela Educação Popular, percebe-se que os estados que mais apresentaram disparidades com relação a esses dois tipos de Extensão foram a Paraíba, no qual houve uma diferença de 20% entre a Extensão Popular (33%) e a Extensão não claramente orientada pela Educação Popular (13%); os Estados de Minas Gerais e São Paulo, ambos com percentual de diferença de 8% entre as experiências mapeadas, com predomínio das experiências orientadas pela Educação Popular 15% e 11%, respectivamente; o estado do Rio de Janeiro, com percentual de diferença de 7% e predominância das experiências de Extensão Popular (11%); e, por fim, o estado de Roraima, que apresentou uma diferença de 6% entre as experiências mapeadas, predominando as experiências orientadas pela Educação Popular (6%). Os demais estados apresentaram percentuais de diferença entre 4% e 2%, como pode ser verificado na Figura 2.

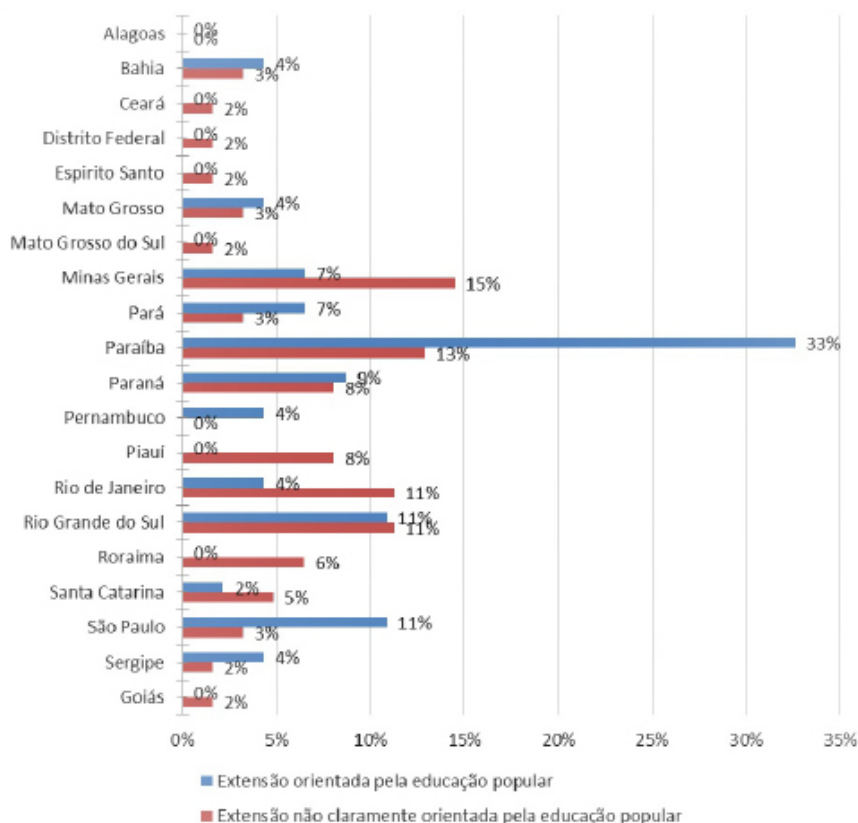


Figura 2 - Distribuição regional das experiências mapeadas (por estado da federação).
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Ao analisar a Figura 3, que faz um comparativo do tempo de duração das experiências mapeadas de Extensão orientadas pela Educação Popular e a Extensão Universitária não orientadas pela Educação Popular, pode-se perceber que as experiências de Extensão não claramente orientadas pela Educação Popular apresentaram duração de menos de 6 meses (15%), entre 6 e 12 meses (23%) e entre 12 e 24 meses (21%).

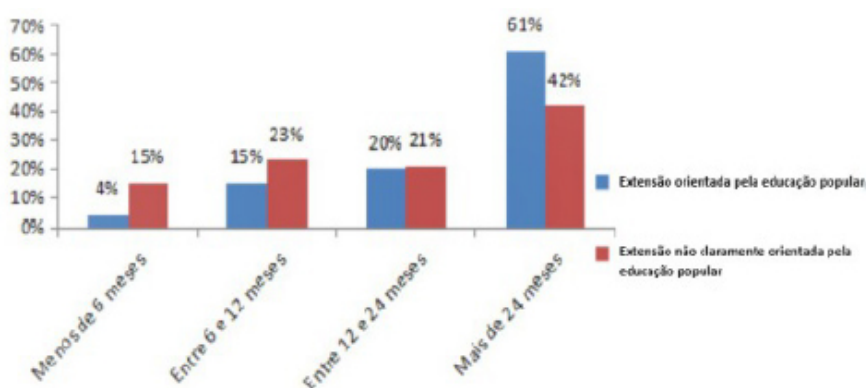


Figura 3 - Tempo de existência das experiências mapeadas.
Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Por sua vez, as experiências de Extensão Popular apresentaram um maior tempo de duração, onde 61% das experiências mapeadas tinham mais de 24 meses de execução, demonstrando, assim, que a maioria das experiências de Extensão Popular mapeadas está em atividade e permanece efetiva por um período maior de tempo do que as que não tem a Educação Popular como orientadora de suas ações. Diante disso, observa-se uma característica importante das experiências de Extensão Popular, refletida na perspectiva de continuidade

da atuação dos projetos, os quais muitas vezes estabelecem um vínculo duradouro com a comunidade e representam uma oportunidade para a concretização de uma vivência permanente, em contraposição as experiências de Extensão Universitária com ação pontual, delimitada e com duração restrita sem perspectiva de aprofundamento e continuidade. Uma extensão fragmentada. Nesse sentido, é importante destacar o salientado no estudo desenvolvido por Melo Neto (2001), em que o mesmo verificou que, ao determinar a Extensão sob o marco da Extensão Popular, o mesmo se toma "um trabalho que não tem um tempo definido, mas está dentro de uma perspectiva de trabalho permanente e continuado" (MELO NETO, 2001, p. 250).

Com relação às Instituições de Ensino Superior a que as experiências mapeadas estão vinculadas, foi possível identificar com a pesquisa que sua maioria é desenvolvida por universidades públicas. A inclusão de Universidades particulares foi decorrente da amostragem por "bola de neve"; o que permitiu à pesquisa alcançar experiências de relevância que são promovidas por instituições de ensino com esse perfil. Classificaram-se como "nenhuma das opções" aquelas experiências que se afirmaram como de Extensão, mas não estavam vinculadas formalmente a instituições de ensino. Eram vinculadas, por exemplo, a movimentos sociais, entidades sociais e Organizações Não Governamentais (ONG).

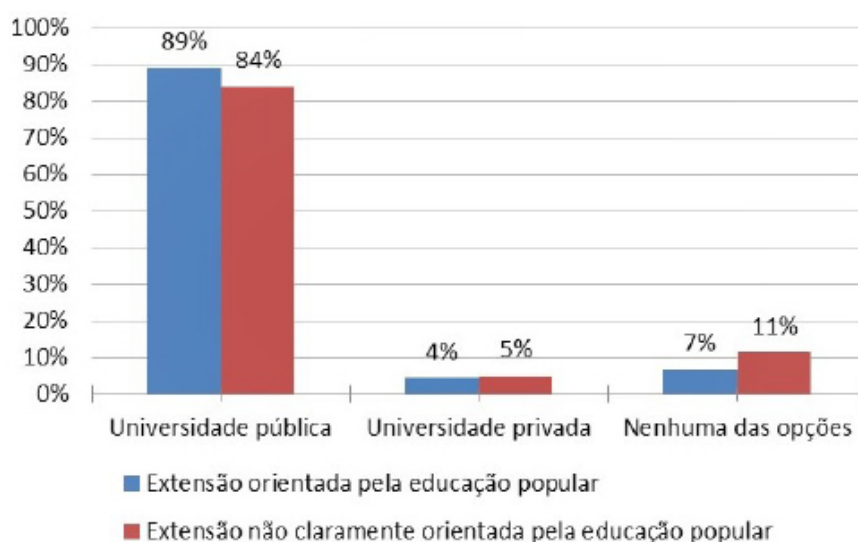


Figura 4 - Instituições a que estão vinculadas as experiências mapeadas.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Considerando a comparação entre os tipos de Extensão mapeadas (Extensão Popular e Extensão não claramente orientada pela Educação Popular), observa-se que segue praticamente o mesmo perfil de porcentagens, como pode ser observado na Figura 4. A esse respeito, Dermeval Saviani (1984) ressalta que as universidades, principalmente as públicas, tem, em sua missão social, a perspectiva de intervir na melhoria do nível cultural da sociedade, assim como no investimento de recursos para a realização de trabalhos voltados para atender as necessidades das pessoas e grupos oriundos das classes sociais populares. Devido a isso, essas instituições acabam recebendo mais incentivo e apoio de programas do governo federal para subsidiar as ações extensionistas, diferenciando as, nesse aspecto, das instituições de ensino privadas.

Como pode ser verificado na Figura 5, de acordo com os dados obtidos a partir da realização do mapeamento, tanto os projetos de Extensão Popular, quanto os projetos de Extensão não claramente orientados pela Educação Popular, mostraram articulação com Unidades de Saúde da Família (USF), hospitais, sindicatos, movimentos sociais e associações de moradores.

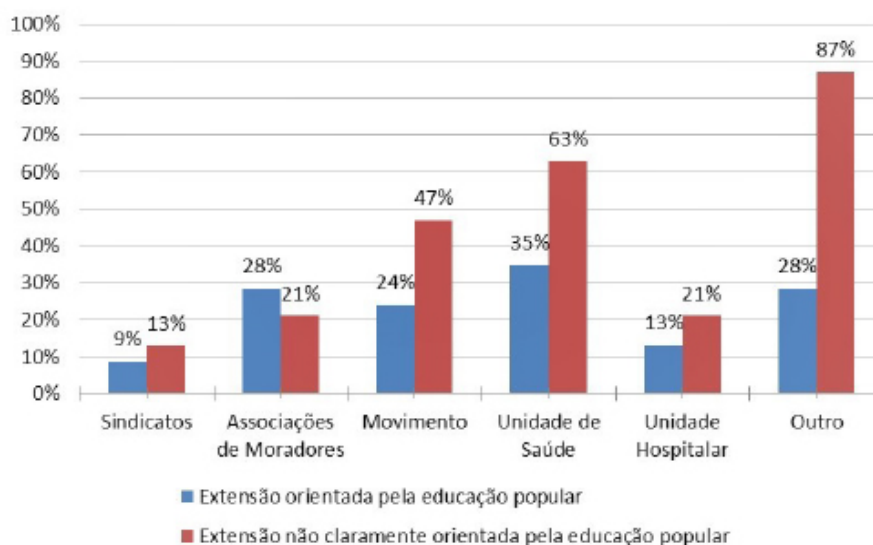


Figura 5 - Entidades sociais que participam das experiências mapeadas.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Nesse sentido, sobressai o destaque acentuado para as articulações com Associações de Moradores (64%) feitas pelos projetos de Extensão Popular. Já para a Extensão não claramente orientada pela Educação Popular, percebeu-se um destaque para articulações com serviços hospitalares. Outro fato interessante é decorrente da quantidade de respostas referentes à articulação com "outros" tipos de entidades. De modo que, na descrição das entidades, observou-se uma variedade de entidades que faziam parcerias com tais projetos, as quais se enquadravam fora dessas cinco principais entidades citadas, o que mostra claramente a diversidade de organizações sociais envolvidas na construção de iniciativas diferenciadas em distintas comunidades e regiões do país.

Tanto os movimentos sociais, como sindicatos e associações de moradores, podem ser entendidos como grupos ou organizações de indivíduos que realizam ações coletivas organizadas que busquem culminar com a conquista e garantia de pautas em comum ao grupo, representado por alguma necessidade em um dado momento histórico e contexto cultural (BORGES, 2012). Articulando-se a esses movimentos ou ações, a Extensão pode ampliar seu papel como meio de interlocução da universidade com a sociedade, ultrapassando os muros da instituição para o encontro dialógico com o povo em suas formas de organização, compreendendo os seus anseios e os desafios inerentes do contexto em que estão inseridos.

Um elemento que talvez possa estar relacionado com o fato de haver maior articulação dos projetos de Extensão Popular com as associações de moradores, seja pelo caráter comunitário das experiências de Extensão Popular e sua ênfase no apoio e colaboração social com as estratégias de organização dos grupos populares no sentido do enfrentamento e da superação dos problemas locais. Não que o contexto hospitalar seja inviável para a execução de iniciativas com essa característica, contudo, por esses espaços seguirem em seu processo de trabalho uma dinâmica preponderantemente protocolar, nem sempre esse se configura como um espaço aberto, disponível e flexível para o desenvolvimento de ações com olhar participativo, dedicadas à construção conjunta de estratégias de mudanças, visando, nesse caso, o aprimoramento do serviço e do cuidado em saúde.

As ações construídas no contexto da Atenção Primária à Saúde são, geralmente, priorizadas por quem faz a Extensão Popular, na medida em que tal cenário de atenção está centrado na dinâmica territorial e na aproximação com os saberes populares, o que facilita a constituição de atividades que se dediquem à ruptura com o modelo biomédico de atenção à saúde por um modelo de cuidado que vise à promoção da saúde com o enfoque na qualidade de vida e na redução da vulnerabilidade (BRASIL, 2012c).

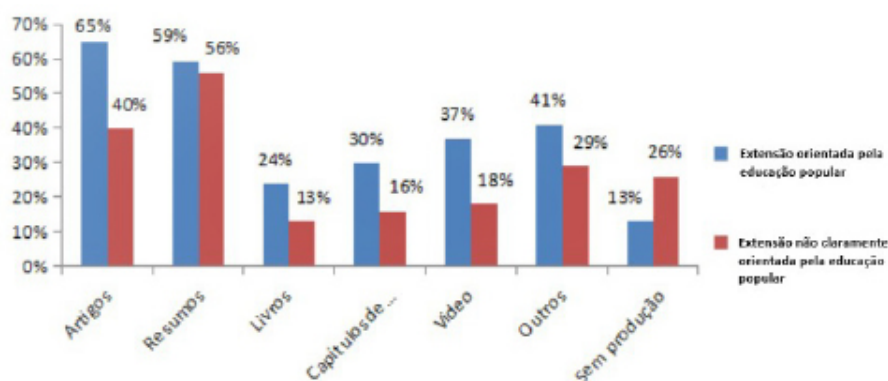


Figura 6 - Caracterização da produção acadêmica das experiências mapeadas.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Como pode ser visto na Figura 6, de forma geral, para cada tipo de produção acadêmica, observa-se um maior número da produção para as experiências de Extensão Popular. Nesse sentido, podem ser destacadas a produção de artigos, com 65% para as experiências de Extensão Popular e 40% para as experiências de Extensão não claramente orientadas pela Educação Popular; produção de livros, com 24% para a Extensão Popular e 13% para a Extensão não orientada pela Educação Popular; capítulos de livros, com 30% para a Extensão Popular e 16% para a Extensão não orientada pela Educação Popular; ainda, merece destaque a produção de vídeos, com 37% para a Extensão Popular e 18% para a Extensão não orientada pela Educação Popular.

É relevante destacar que, paulatinamente, vem sendo verificada a multiplicação da quantidade de publicações que tratam da temática da Extensão Universitária orientada pela concepção teórico metodológica da Educação Popular, tanto em artigos (VASCONCELOS; PEREIRA; CRUZ, 2008; LACERDA et al., 2009; RIBEIRO, 2009; LEITE et al., 2014; FONSECA; COSTA; NARDI, 2014; ARAÚJO et al., 2015; ASSUMPÇÃO; LEONARDI, 2016; CRUZ; ARAÚJO, 2017) como em livros (LACERDA; RIBEIRO, 2006; PADILHA, 2007; VASCONCELOS; CRUZ, 2011; CRUZ et al., 2013; CRUZ et al., 2014; MELO NETO, 2014; FALCÃO, 2014b; SILVA; BRÊTAS; SANTANA, 2014; VASCONCELOS; FROTA; SIMON, 2015; SOUSA et al., 2017; CRUZ et al., 2017; MELO NETO; CRUZ, 2017; CRUZ; VASCONCELOS, 2017; PRADO et al., 2017; CRUZ et al., 2018) em diferentes áreas da ciência, mas notadamente no âmbito da saúde.

Tal constatação tem exposto de forma contundente a significativa representatividade e implicação que as experiências de Extensão Popular têm no contexto universitário, sobretudo no campo de debates em torno da concepção de universidade, de seus objetivos e de seu papel social, como pode ser evidenciado em Vasconcelos e Cruz (2011), Cruz et al. (2013), Vasconcelos, Frota e Simon (2015), Sousa et al. (2017), Melo Neto e Cruz (2017), entre outros.

Cabe destacar que, dentre outros elementos, a análise dos resumos descritivos dos projetos revelou um significativo grau de envolvimento dos estudantes com a gestão das iniciativas de Extensão, particularmente naquelas caracterizadas como de Extensão Popular. Nas narrativas detalhadoras dos projetos, um número relevante de experiências ressaltava o modo protagonístico pelo qual se pautava a ação estudantil, na perspectiva de se constituírem como sujeitos, não apenas executores técnicos de metas estabelecidas pelos docentes e técnicos. Palavras como "ativos", "dialogicos" e "problematizadores" estavam entre aquelas que descreviam os estudantes. Identificaram-se afirmações assentadas na expectativa dos projetos de extensão poderem fortalecer a participação dos alunos em movimentos estudantis e no envolvimento com as problemáticas sociais regionais.

Nesse sentido, é importante pensar sobre alguns aspectos que se encontram no bojo da Extensão Popular, sendo essa orientada pela concepção pedagógica da Educação Popular. Conforme demonstrado na literatura

da área, tal vertente extensionista se dedica não apenas com as ações sociais, mas com uma proposta pedagógica capaz de apoiar a formação de trabalhadores com capacidade de protagonismo e de construção de trabalhos coletivos (RIBEIRO et al., 2011). A forma como as experiências de Extensão Popular são conduzidas favorece a constituição desse protagonismo estudantil, por meio da firmeza pedagógica de, em seu cotidiano, se insistir que os estudantes assumam a organização e o planejamento das ações, além de avaliarem coletivamente com docentes e técnicos o andamento das ações e poderem inclusive eleger pautas a serem debatidas, assim como discutir a estruturação de estratégias coletivas de enfrentamento dos problemas que surgem na comunidade, de forma autônoma e criativa (GOMES; MORAIS, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe destacar que, diante do registro da resposta de cada experiência, o VEPOP-SUS enviou materiais didáticos e científicos sobre Extensão e sobre Educação Popular para seus protagonistas, bem como os inseriu em mensagens eletrônicas com a divulgação de eventos, de realização de edições do ENEC, de reuniões virtuais da ANEPOP, assim como foi lançado o convite para envio de artigos completos para a composição de uma coletânea intitulada "Vivências de Extensão em Educação Popular no Brasil". Para além disso, criou-se uma lista de discussão virtual com esses atores, chamada Rede VEPOP-SUS, com o objetivo de aglutinar e articular melhor as experiências.

O processo de construção desse mapeamento de experiências apresentou algumas limitações, no que se refere ao seu alcance geográfico e à representatividade de algumas regiões, uma vez que, em alguns estados da federação, nos quais existem algumas experiências socialmente reconhecidas, não tiveram experiências mapeadas, devido a não adesão de potenciais participantes no preenchimento do instrumento de coleta desta pesquisa.

Em que pese esse limite, consideramos importante o número de experiências cujos sujeitos optaram afirmar politicamente como uma iniciativa de Extensão Universitária orientada pela Educação Popular, assim como utilizar o caminho metodológico e ter clareza das categorias trabalhadas por essa concepção pedagógica. É relevante perceber que, apesar da concentração considerável em um estado (Paraíba), pontuou-se a presença de experiências com essa vertente em todas as regiões do país. Pela análise dos resumos descritivos dessas experiências, evidencia-se que existe entendimento suficiente entre seus membros do papel crítico da Extensão Popular enquanto um modelo de experiência extensionista que busca dialogar profundamente com as camadas populares, seus movimentos e organizações. Há clareza de que o delineamento do trabalho social deve perpassar uma construção coletiva e a estruturação dos caminhos se dá *pari passu* a alimentação de uma utopia de mudanças conjunturais para um modelo humanizador de sociedade.

Para galgar tais propósitos, as práticas em Extensão Popular declaram, por meio de seus sujeitos, procurar estabelecer redes de solidariedade e de trabalho conjunto e de forma horizontal, mobilizando pessoas e grupos sociais para que o exercício de processos de emancipação social e humana ocorram em um contexto construído compartilhadamente, tendo como fio condutor essencial uma postura de respeito com os saberes locais e de compreensão do papel protagônico das pessoas da comunidade como produtoras de conhecimentos úteis. A pesquisa demonstrou que, na aceção de seus sujeitos e nos caminhos de organização de suas atividades, a Extensão Popular constitui uma prática dialógica e participativa.

Por outro lado, a análise dos dados revelou também que muitos grupos de Extensão Popular não priorizam a divulgação, socialização e articulação de suas experiências. Por esse motivo, trabalhos como o deste estudo precisam ser continuados na perspectiva de dar visibilidade e de promover a articulação entre as experiências, no sentido de sua mobilização para o protagonismo nacional de docentes, técnicos e estudantes em ações e discussões de pautas comuns, como por exemplo o fortalecimento da vertente da Extensão Popular nas universidades públicas brasileiras. Uma articulação de experiências, como a propiciada por esse mapeamento,

pode contribuir para que os atores envolvidos nas ações não se restrinjam a suas práticas locais e ousem extrapolar os desafios particulares de seus projetos.

REFERENCIAS

- ALBUQUERQUE, E.M. Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-Driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas. 2009. 99 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.
- ARAÚJO, I.M.M. et al. Extensão popular e comunidades: resistência à criminalização da pobreza. *Rev APS*, Juiz de Fora, v. 18, n. 4, p. 528-531, out./dez. 2015.
- ASSUMPÇÃO, R.P.S.; LEONARDI, F. Educação popular na universidade – uma construção a partir das contradições, reflexões e vivências a partir do pet educação popular da UNIFESP-Baixada Santista. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 437-462, abr./jun. 2016.
- BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. *Sociological Methods & Research*, v. 2, p. 141-163, nov. 1981.
- BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Articulação Social. Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã. Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde. Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2012a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012b. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012c.
- BORGES, J.L. Movimentos Sociais e sustentabilidade: Os Desafios da “Extensão Rural Agroecológica” em assentamentos de Reforma Agrária. *Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, Maringá, v. 17, n. 1, p. 203-230, 2012.
- CRUZ, P.J.S.C. Extensão Popular: a reinvenção da Universidade. In: VASCONCELOS, E.M.; CRUZ, P.J.S.C. (Org.). Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2011. p. 40-61.
- CRUZ, P.J.S.C. Extensão popular: a pedagogia da participação estudantil em seu movimento nacional. 2010. 339 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- CRUZ, P.J.S.C.; ARAÚJO, R.S. Grupo de encontro comunitário como estratégia de Promoção da Saúde e construção compartilhada do saber: uma experiência de Extensão à luz da Educação Popular. *Interagir: pensando a extensão*, Rio de Janeiro, n. 24, v. 2, p. 12-27, jul./dez. 2017.
- CRUZ, P.J.S.C.; VASCONCELOS, E.M. Caminhos da aprendizagem na extensão universitária: reflexões com base em experiência na Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). São Paulo: Hucitec, 2017.
- CRUZ, P.J.S.C. et al. (Org.). Vivências de extensão em educação popular no Brasil: volume 1: extensão e formação universitária: caminhos, desafios e aprendizagens. João Pessoa: Editora CCTA, 2018.
- CRUZ, P.J.S.C. et al. (Org.). Extensão popular: caminhos em construção. João Pessoa: Editora CCTA, 2017.
- CRUZ, P.J.S.C. et al. (Org.). Educação popular e nutrição social: reflexões e vivências com base em uma experiência. João Pessoa: UFPB, 2014.

- CRUZ, P.J.S.C. et al. (Org.). Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2013.
- FALCÃO, E.F. As experiências do Estágio Nacional de Extensão em Comunidades (ENEC): a extensão como mobilizadora da inserção estudantil compromissada com os grupos populares, suas realidades e lutas. In: CRUZ, P.J.S.C. et al. (Org.). Vivências de extensão em educação popular no Brasil: volume 1: extensão e formação universitária: caminhos, desafios e aprendizagens. João Pessoa: Editora CCTA, 2018. p. 257-269.
- FALCÃO, E.F. Extensão popular: caminhos para a emancipação. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014a.
- FALCÃO, E.F. Vivência em comunidades: outra forma de ensino. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 2014b.
- FONSECA, L.G.D.; COSTA, R.C.F.G.; NARDI, D.N. Extensão Popular Feminista por uma Universidade Democrática e Emancipatória. *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 143-171, 2015.
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOMES, A.L.; MORAIS, M.S.T. Um olhar sobre o aprendizado dos estudantes na Extensão Popular. In: VASCONCELOS, E.M.; CRUZ, P.J.S.C. (Org.). Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2011. p. 133-139.
- GURGEL, R.M. Extensão universitária: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez, 1986.
- JEZINE, E.M. A crise da universidade e o compromisso social da extensão universitária. João Pessoa: UFPB, 2006.
- JEZINE, E.M. Universidade e saber popular: o sonho possível. João Pessoa: UFPB, 2002.
- LACERDA, D.A.L.; RIBEIRO, K.S.Q. (Org.). Fisioterapia na comunidade: experiência na Atenção Básica. João Pessoa: UFPB, 2006.
- LACERDA, D.A.L. et al. Educação Popular e Atenção à Saúde da Família: Reflexões a partir de uma experiência em Extensão Popular. *Interagir: pensando a extensão*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 101-106, jan./jul. 2007.
- LEITE, M.F. et al. Extensão Popular na formação profissional em saúde para o SUS: refletindo uma experiência. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 18, supl. 2, p. 1569-1578, 2014.
- MELO NETO, J.F. Extensão popular. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 2014.
- MELO NETO, J.F. Extensão universitária é trabalho. João Pessoa: UFPB, 2004.
- MELO NETO, J.F. Extensão universitária: uma análise crítica. João Pessoa: UFPB, 2001.
- MELO NETO, J.F.; CRUZ, P.J.S.C. (Org.). Extensão popular: educação e pesquisa. João Pessoa: Editora CCTA, 2017.
- MONFREDINI I. Tensões ao redor da formação de sujeitos na Universidade. *Revista Even. Pedagóg.*, Sinop, v. 7, n. 1 (18. ed.), p. 37-58, jan./mai. 2016.
- MONFREDINI, I. Formação de sujeitos. Análise a partir da extensão universitária no Brasil. *Revista del IICE*, Buenos Aires, n. 36, p. 31-43, dic. 2014.
- OLIVEIRA, M.F. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011.
- PADILHA, W.W.N. (Org.). Relatos e vivências de educação popular: programa ação interdisciplinar para o desenvolvimento social e atenção à saúde na comunidade Maria de Nazaré. João Pessoa: Ideia, 2007.
- PENROD, J. et al. A discussion of chain referral as a method of sampling hard-to-reach populations. *J Transcult Nurs.*, v. 14, n. 2, p. 100-107, apr. 2003.
- PRADO, E.V. et al. (Org.). Caderno de extensão popular: textos de referência para a extensão universitária. João Pessoa: Editora CCTA, 2017.
- RIBEIRO, K.S.Q.S. et al. Os primeiros passos de uma experiência de educação popular na UFPB. In: VASCONCELOS, E.M.; CRUZ, P.J.S.C. (Org.). Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2011. p. 64-88.
- CRUZ, P.J.S.C. (Org.). Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2011. p. 64-88.

- RIBEIRO, K.S.Q.S. A experiência na extensão popular e a formação acadêmica em fisioterapia. Cad. CEDES, Campinas, v. 29, n. 79, p. 335-346, dez. 2009.
- SANTOS, J.A.; DEUS, S. Um novo tempo da extensão universitária brasileira. Interfaces. Revista de Extensão, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 6-16, jan./jun. 2014.
- Santos Júnior, A.L. Universidade e sociedade: uma relação possível pelas vias da extensão universitária. Inter-Legere, Natal, n. 13, p. 299-332, jul./dez. 2013.
- SAVIANI, D. Escola e democracia. São Paulo: Cortez, 1984.
- SILVA, A.C.M.; BRÊTAS, A.C.P.; SANTANA, C.L.A. (Org.). Com-unidade: experiências extensionistas. São Paulo: Páginas & Letras, 2014.
- SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.S.; COOK, S.W. Métodos de pesquisa das relações sociais. São Paulo: Herder, 1965.
- SOUSA, L.M.P. et al. (Org.). Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). João Pessoa: Editora CCTA, 2017. 2 v.
- VASCONCELOS, A.C.C.P.; PEREIRA, I.D.F.; CRUZ, P.J.S.C. Práticas educativas em nutrição na Atenção Básica em Saúde: reflexões a partir de uma experiência de extensão popular em João Pessoa-Paraíba. Rev APS, Juiz de Fora, v. 11, n. 3, p. 334-340, jul./set. 2008.
- VASCONCELOS, E.M. Educação popular, um jeito de conduzir o processo educativo. In: VASCONCELOS, E.M.; CRUZ, P.J.S.C. (Org.). Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2011a. p. 28-34.
- VASCONCELOS, E.M.; CRUZ, P.J.S.C. (Org.). Educação popular na formação universitária: reflexões com base em uma experiência. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: UFPB, 2011.
- VASCONCELOS, E.M.; FROTA, L.H.; SIMON, E. (Org.). Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2015.

NOTAS

- 1 O formulário eletrônico em formato Google Doc. continua aberto para preenchimento on-line, encontrando-se o mesmo disponível em: <https://goo.gl/formSJuruJcHegfDC6TLrr2>
- 2 O ENEC tem como seu objetivo oportunizar o mergulho de estudantes de graduação em trabalhos sociais e comunitários empreendidos de maneira interdisciplinar, dialogada e compartilhada com os protagonistas do mundo popular. A promoção de cada edição do estágio se dá no período de 15 dias, com turmas de, em média, 20 a 30-estudantes. m seu decurso, nos primeiros dois dias promovem-se oficinas e rodas de conversa com conteúdo teórico preparatório para a vivência em comunidades. Nos 12 dias seguidos, decorrem as vivências nos cenários de prática - comunidades populares no Estado da Paraíba onde estejam sendo empreendidos trabalhos de extensão guiados pelos princípios freireanos, favorecendo a troca de experiência a comunicação entre o saber acadêmico e o popular (FALCAO 2014a; 2014b; 2018).